

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	7
<i>Agradecimento</i>	15
<i>1. Introdução</i>	17
<i>2. Roteiro e Breves Notas Metodológicas</i>	25
<i>3. O Pano de Fundo do Debate: Maximalismo Versus Minimalismo</i>	29

PARTE I – O INÍCIO DAS LICITAÇÕES NO BRASIL: OS MODELOS LEGAIS MINIMALISTAS

Capítulo I – A Primeira Fase das Licitações Públicas no Brasil: “Carta Branca” à Administração Pública

<i>1. Introdução</i>	35
<i>2. Decreto 15.783/1922, o Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União</i>	
<i>2.1 Licitações: um ingrediente das finanças do Estado</i>	38
<i>2.2 Conteúdo relevante do Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União</i>	
<i>2.2.1 Grau de abrangência do dever de licitar</i>	39
<i>2.2.2 Tratamento dado pela Administração aos interessados nas contratações</i>	41
<i>2.2.3 Controle</i>	44
<i>2.3 Conclusões parciais</i>	45

Capítulo II – A Segunda Fase das Licitações Públicas no Brasil: Unificação Nacional

<i>1. Introdução</i>	47
<i>2. O Decreto-lei 200/1967</i>	
<i>2.1 As licitações na Reforma Administrativa</i>	48

2.2	<i>Conteúdo relevante do Decreto-lei 200/1967</i>	
2.2.1	<i>Grau de abrangência do dever de licitar</i>	51
2.2.2	<i>Tratamento dado pela Administração aos interessados nas contratações</i>	53
2.2.3	<i>Controle</i>	56
2.2.4	<i>Alteração contratual</i>	58
2.3	<i>Conclusões parciais</i>	59

PARTE II – A CONSTRUÇÃO DO MODELO LEGAL DE LICITAÇÕES MAXIMALISTA

Capítulo III – A Terceira Fase das Licitações Públicas no Brasil: o “Fetichismo Legal”

1.	<i>Introdução</i>	63
2.	<i>Decreto-lei 2.300/1986</i>	
2.1	<i>As licitações na perspectiva da Consultoria-Geral da República</i>	65
2.2	<i>Conteúdo relevante do Decreto-lei 2.300/1986</i>	
2.2.1	<i>Grau de abrangência do dever de licitar</i>	69
2.2.2	<i>Tratamento dado pela Administração aos interessados nas contratações</i>	74
2.2.3	<i>Controle</i>	79
2.2.4	<i>Alteração contratual</i>	80
2.3	<i>Conclusões parciais</i>	81
3.	<i>A Constituição Federal de 1988</i>	
3.1	<i>Novo impulso à legalização das licitações</i>	83
3.2	<i>Conteúdo relevante da Constituição Federal de 1988</i>	86
3.3	<i>Conclusões parciais</i>	90
4.	<i>A Lei 8.666/1993</i>	
4.1	<i>Considerações iniciais e notas metodológicas</i>	91
4.2	<i>A reforma da Lei Geral de Licitações</i>	94
4.2.1	<i>Por que reformar o Decreto-lei 2.300/1986?</i>	98
4.2.2	<i>O debate sobre o modelo da Lei de Licitações</i>	102
4.2.2.1	<i>A tramitação do Projeto de Lei 1.491/1991</i>	102
4.2.2.2	<i>Maximalistas versus minimalistas</i>	104
4.2.3	<i>Mapeamento dos debates parlamentares</i>	111
4.2.3.1	<i>Partidos políticos, Governo e o debate legislativo</i> ..	111
4.2.3.2	<i>Os grupos de interesses no processo legislativo</i>	113
4.2.3.3	<i>Interesses empresariais versus interesses da Administração Pública</i>	114

4.2.3.4 Mapeamento dos grandes temas nos debates legislativos	116
4.2.4 <i>Uma síntese do contexto de reforma da Lei Geral de Licitações</i>	117
4.3 <i>Conteúdo relevante da Lei 8.666/1993</i>	118
4.3.1 <i>Grau de abrangência do dever de licitar</i>	118
4.3.2 <i>Tratamento dado pela Administração aos interessados nas contratações</i>	122
4.3.3 <i>Controle</i>	126
4.3.4 <i>Alteração contratual</i>	128
4.4 <i>Conclusões parciais</i>	128

PARTE III – REAÇÕES AO MODELO LEGAL MAXIMALISTA

Capítulo IV – A Quarta Fase das Licitações Públicas no Brasil? Entre Tensões e Ajustes Normativos

1. Introdução

1.1 <i>Considerações iniciais</i>	144
1.2 <i>Breve síntese do percurso do trabalho e reafirmação dos seus objetivos</i>	145

2. Reformas legislativas no regime jurídico das contratações públicas em geral

2.1 <i>Notas metodológicas</i>	148
2.2 <i>Panorama das reformas legislativas da Lei 8.666/1993</i>	
2.2.1 <i>Eixos e temas das licitações</i>	149
2.2.2 <i>Obstáculos às reformas: os vetos presidenciais</i>	155
2.2.2.1 <i>A reafirmação dos vetos da Lei 8.666/1993</i>	156
2.2.2.2 <i>Demais vetos</i>	161
2.2.3 <i>Outras implicações da adoção de um modelo legal maximalista</i>	164
2.2.4 <i>Conclusões parciais</i>	168
2.3 <i>Conteúdo relevante das reformas legislativas no regime jurídico das contratações públicas em geral</i>	169
2.3.1 <i>Grau de abrangência do dever de licitar</i>	170
2.3.2 <i>Tratamento dado pela Administração aos interessados nas contratações</i>	175
2.3.2.1 <i>Pregão: uma nova modalidade licitatória</i>	184
2.3.2.1.1 <i>A criação do pregão no Brasil</i>	185

2.3.2.1.2 Características gerais do pregão	187
2.3.2.1.3 Organização procedimental do pregão	190
2.4 Conclusões parciais	193
3. Reformas legislativas no regime jurídico das contratações públicas específicas	196
3.1 O fenômeno de diferenciação da Administração e a erosão do modelo unitário de contratações públicas	196
3.2 Notas metodológicas	199
3.3 As tendências nas reformas jurídicas das contratações públicas específicas	
3.3.1 Desestatização (fundações de apoio, organizações sociais/OSs e organizações da sociedade civil de interesse público/OSCIPs)	200
3.3.2 Flexibilização dos modelos contratuais (concessão comum, concessão patrocinada, concessão administrativa e contratação integrada)	204
3.3.3 Flexibilização dos critérios de julgamento (concessão comum, concessão patrocinada, concessão administrativa e contratação integrada)	211
3.3.4 Deslegalização (Lei Geral de Telecomunicações e Lei do Regime Diferenciado de Contratações)	214
3.3.5 Tratamento especial conferido às empresas estatais	220
3.3.6 Tratamento especial conferido a entes não estatais	224
3.4 Conclusões parciais	226
Conclusão Final e Reflexões Prospectivas	229
Anexo de Legislação	
Decreto n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922	235
Decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922	237
Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967	243
Lei n. 5.456, de 20 de junho de 1968	248
Bibliografia	249